

**IV SEMINÁRIO GÊNERO E TRABALHO – PROTAGONISMO,
ATIVISMO, QUESTÕES DE GÊNERO REVISITADAS**

**Sessão Temática 6 -Trabalho e gênero em serviços: das formas atípicas ao
profissionalismo**

PROSTITUIÇÃO COMO OCUPAÇÃO: COMPLEXIFICANDO O DEBATE

Aline Godois de Castro Tavares

Prostituição como ocupação: complexificando o debates

Aline Godois de Castro Tavares¹

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo discutir os avanços e limites da *Perspectiva trabalhista da prostituição* através da análise da dinâmica do trabalho sexual no bairro Jardim Itatinga, um conhecido bairro de prostituição da cidade de Campinas. Procuro entender como um discurso afirmativo sobre a prostituição ocupa uma zona de perigo entre a busca por direitos para as mulheres profissionais do sexo e o reforço de um sistema econômico que tem como objeto a exploração do trabalho feminino.

Palavras chaves: Prostituição, Trabalho e Autonomia das mulheres.

Definindo Problemas:

A prostituição há tempos é tema de inúmeros debates no cenário público. Historiadoras vêm nos mostrando a centralidade das mulheres prostitutas no discurso médico e jurídico no início do Sec. XIX, sendo pautadas como foco difusores de doenças ou como um perigo frente os valores morais da família (Caulfield, 2000; Rago, 2008; Pereira, 2006; Engel, 1989)

Também segmentos feministas ligados a igreja denunciaram a situação das Mulheres prostitutas como vítimas de um sistema patriarcal, sujeitas à dominação de uma sexualidade compulsória masculina. (Piscitelli, 2005; Kempadoo, 1998; Rubin, 1992).

Trata-se de um debate acirrado, e que de modo geral, não se restringe ao mundo das ideias, se materializam em modelos jurídicos específicos, alvos de inúmeras disputas políticas e sociais no cenário da política institucional. Atualmente, temos três modelos hegemônicos que legislam sobre a prostituição:

1- Regulamentarista – modelo que entende a prostituição como um mal necessário, e que portanto deve ser regulado pelo Estado. Parte-se da ideia de que a prostituição sempre existiu e que cumpre uma função importante no controle de sexualidade masculina. Para isso, cria-se as chamadas “zonas de tolerância”, onde a prostituição é permitida, porém controlada pelo Estado.

2- Proibicionista – sistemas que criminaliza tanto a prostituta quanto as demais atividades ligadas à prostituição, como donos de hotéis, agenciadores, donos de estabelecimentos onde se realizam os programas, etc. Os EUA é o grande representantes dessa corrente.

3- Abolicionista – Entende a prostituta como uma vítima social, e portanto não deve ser criminalizada, ao contrário dos demais agentes envolvidos no processo de troca comercial do sexo. Essa é a linha hegemônica das políticas de Estado, sendo proposta pelo ONU e

1 Mestranda no Programa de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: alinetavares00@gmail.com

ratificada por vários países, incluindo o Brasil ².

São modelos legais que legislam sobre a prostituição e que servem como campo de força ideal de disputa. Digo ideal pois quando descemos do campo das ideias e das leis para o campo do concreto, a situação é muito mais diversificada.

O Brasil por exemplo, embora juridicamente seja filiado a corrente abolicionista, ele funciona praticamente como um estado regulamentarista, tendo em vista a quantidade de “zonas de tolerância” conhecidas na maioria das cidades em nosso país. Também podemos considerá-lo como proibicionista se analisarmos o tratamento recebido por mulheres prostitutas pela instituição policial, nos atendimentos hospitalares e aos olhos da sociedade, que a tratam como uma degenerada social ou pecadora.

Atualmente surge no mundo uma nova vertente de discussão, que denominamos de *autodeterminação* da mulher prostituta. Essa corrente é caracterizada pela inserção das chamadas trabalhadoras do sexo no cenário público de discussão sobre a prostituição.

Trata-se de um movimento novo, sendo datado dos anos 80 e 90 os principais grupos da categoria. Esses coletivos possuem como bandeiras a luta contra a violência policial, a busca por direitos humanos, civis e sociais, e têm como marcos na América Latina as manifestações realizadas no Equador em 1982; no Brasil em 1987 e no Uruguai em 1988 (Kempadoo e Doezema, 1998).

Se tratando de um movimento recente, descentralizado e com grandes dificuldades de financiamento, ainda é difícil sintetizar unidades políticas nesse interior, entretanto podemos falar, grosso modo, que há disputa em torno de qual modelo jurídico defender. A linha hegemônica é a discussão *Trabalhista*, ou seja, a luta para que a prostituição seja considerada uma profissão, podendo a mulher prostituta ser registrada como autônoma ou como empregada, devendo aí seu empregador pagar os encargos trabalhistas. Nesse caso, um primeiro passo seria descriminalizar os chamados empregadores – que no termo jurídico atual são os cafetões – legalizando os aparelhos econômicos que circundam a troca comercial do sexo (bordéis, hotéis, agentes publicitários, etc.). A diferença entre esse modelo e o Regulamentarista é que a prostituição não seria uma atividade diferenciada, controlada com regras específicas para esse segmento. Ela seria regulada como as demais atividades econômicas, sob as leis trabalhista específicas.

Essa corrente, chamada como Trabalhista, divide a opiniões do movimento organizado de prostitutas. Algumas organizações defendem que a despenalização dos agentes envolvidos na prostituição, na atualidade, daria mais poder para os cafetões, e em termos práticos não significaria grandes avanços jurídicos para a mulher prostituta. Além disso, argumentam, que a principal batalha a ser ganha é a luta contra o estigma negativo sobre a mulher prostituta, e que tal registro formal, em uma sociedade extremamente conservadora, pode contribuir ainda mais para a marginalização da mulher profissional do sexo.

Outras militantes acreditam que a despenalização é um caminho importante na luta contra o estigma social da profissão, uma vez que o reconhecimento da atividade como uma

2 A linha abolicionista foi ratificada pelo CEDAW - Comitê sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, entidade da ONU que funciona como uma “lei internacional dos direitos das mulheres”, baseada no compromisso dos Estados signatários de promover e assegurar a igualdade entre homens e mulheres. O Brasil é signatário desde de 1984.

profissão deslocaria a discussão da prostituição do âmbito moral para a esfera da luta por direitos sociais. Além disso, retiraria a prostituição da esfera da ilegalidade e informalidade na qual ela está submetida, entendida como grande fonte de vulnerabilidade para essas trabalhadoras.

Importante ressaltar os avanços no reconhecimento da categoria como trabalhadoras no Brasil, tendo em vista a conquista da inclusão da atividade na CBO e o reconhecimento em outros espaços do termo profissionais do sexo³. Já encontramos também organizações prostitutas que estabelecem alianças próximas à setores sindicais. Em Campinas, a sede da Associação Mulheres Guerreiras, grupo de mulheres profissionais do sexo da cidade, funciona na sede da CUT, que cedeu uma sala para essa organização entendendo ela como uma categoria trabalhista.

O discurso trabalhista no Brasil teve uma repercussão significativa, situando de forma inovadora e polêmica o debate da prostituição no cenário público. Com uma linguagem inovadora, foi-se traçando um paralelo entre o exercício da prostituição e outras profissões de uma forma tão elaborada, que atualmente é incomum encontrar trabalhos sobre o tema que desconheçam essa polêmica. Essa temática foi tão importante, que no período de doze anos, se criaram aproximadamente 40 associações de prostitutas que utilizavam materiais de divulgação com a terminologia “trabalhadoras do sexo” ou “profissionais do sexo” e discutem a bandeira da regularização da profissão.

Este trabalho não pretende se posicionar dentro da polarização dos debates sobre a profissionalização da prostituição. Primeiramente, por entender que essa é uma bandeira política que deve ser protagonizada pelas Trabalhadoras Sexuais, e pautada em um debate que leve em consideração a experiência concreta de estar na *batalha*. Em segundo lugar, por entender que esse debate necessita de estudos que aprofundem as realidades do trabalho sexual realizado nas suas mais diferentes formas, permitindo assim um debate mais qualificado e que leve em consideração diferentes realidades do trabalho sexual. É dentro desta perspectiva que gostaria de inserir essa discussão.

Um outro ponto que este trabalho busca fugir é do debate em torno dos motivos da “entrada na prostituição”, que cria uma falsa dicotomização entre vontade versus necessidade. Seria leviano de nossa parte se nos questionássemos sobre esse fator em relação a qualquer atividade estigmatizada em nossa sociedade, que no geral são exercidas por mulheres populares. Esse tema guarda relações mais complexas com a teoria do trabalho moderna, onde em grande medida a sociedade industrial nos conduz a uma alienação, precarização e relações violentas do trabalho como mercadoria.

Além disso, podemos cair em outro contraponto recheado de moralismo: o problema da venda comercial do sexo é o estigma que carrega essa ocupação na nossa sociedade ou porque por si só a prostituição representa uma agressão à intimidade? Tal discussão muitas vezes cria generalizações indevidas e contribuem para segregar ainda mais atividades desvalorizadas ou estigmatizadas⁴.

3 Além de ser um dos mais importantes financiadores das associações de profissionais do sexo, o Ministério da Saúde desenvolve material de divulgação e prevenção à DST/AIDS conjuntamente com representantes de setores GLTTB e de Profissionais do Sexo. Os materiais veiculam a terminologia *Profissionais do sexo* e divulgam a frase: “Garota, você tem profissão”. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002

4 Essa discussão também é feita a respeito do emprego doméstico, onde alguns autores defendem que qualquer tipo de prestação de serviços doméstico é uma forma de servidão, resquício do nosso passado escravocata.

Entretanto, desfocar do problema das motivações que conduzem mulheres a prostituição não significa desprezar as condições estruturais que envolvem as atividades femininas desvalorizadas ou estigmatizada na nossa sociedade. Entender as formas como o capitalismo, o patriarcado e a mercantilização atinge e interfere na realidade dos vários trabalhos realizados por mulheres é uma forma de fortalecer a luta contra estes dados sistemas, buscando modificar na prática da vida e do trabalho as relações de desigualdade.

Assim, se para muito setores a teoria da divisão sexual do trabalho e seus princípios de separação e hierarquização das atividades consideradas femininas e masculinas nos ajudam a compreender a desvalorização econômica e social de algumas atividades exercidas por mulheres, no campo do trabalho sexual se faz necessário entendermos também a origem econômica dessas mulheres e os processos de normatização da sexualidade, que em grande medida cria desejos e confere um perfil absolutamente masculino para os consumidores desse serviços.

A prática feminista vem nos mostrando a importância de se conectar a crítica a modelos ideológicos de opressão das mulheres com a realidade da vida concreta das mulheres. Gostaria de citar aqui a questão da luta por creches 24 hs. Há tempos as creches é uma demanda do movimento feminista, em especial das sindicalistas, por entenderem que a ausência do Estado no cuidado com as crianças prejudica diretamente a vida das mulheres trabalhadoras. Por outro lado, discute-se a lógica maternalistas dessas políticas uma vez que ela não desestabiliza a concepção de que o cuidado das crianças é um atribuição feminina e não tocando no cerne do problema, que é a divisão das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres, e a separação feita na nossa sociedade entre “produção” e “reprodução”. Trata-se de uma relação complexa e delicada entre teoria e vida real, onde uma não pode se sobrepor a outra.

É nesse sentido que procuro discutir a prostituição, entendendo a sociedade mercantilizada em que se encontra as relações de trabalho, a hetero-normatividade que impera na prostituição feminina e a realidade concretas das mulheres envolvidas nessa ocupação. E nesse sentido, é fundamental adentrarmos nesse universo, rompendo com uma visão estigmatizante e generalizante, entendendo as especificidades que atravessa as práticas do sexo comercial.

Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do trabalho de campo, buscando entender, através de um determinado território de prostituição situado na cidade de Campinas, o bairro Itatinga, como são as relações de trabalho nesse território. Objetiva-se entender levantar temas para entendemos a apropriações do discurso trabalhista na prática da prostituição deste bairro, buscando evidenciar os avanços mas também as lacunas dessa perspectiva em se discutir violência, mercado e autonomia das mulheres prostitutas

De que prostituição falamos?

Falar em Prostituição na atualidade é tão amplo quanto falar de Trabalho Assalariado. São universos distintos que abarcam infinitas relações e distintas realidades de trabalho, de classe, renda, raça, violência e precarização.

Servem de modelos de pensamentos e campos políticos de embate que trazem valores embutidos (no caso do trabalho assalariado - segurança, estabilidade, direitos trabalhistas, garantias sociais, dignidade; e no caso da prostituição – sofrimento, violência, exploração, solidão) mas que no entanto servem muito pouco como termos aglutinadores de realidades concretas.

Podemos pensar em uma distância infinita entre a realidade do trabalho de um o assalariado executivo, branco, morador dos Jardins Paulistas e a de uma mulher funcionária de uma empresa terceirizada de limpeza, não branca, que reside há três horas de distância do seu local de trabalho. Assim também ocorre com o universo da prostituição.

Seguindo os passos de Olivar [Olivar, 2010] a palavra prostituição demarca vários tipos de relações, que mudam de forma, tom, natureza. Entretanto, é uma imagem, uma ideia que possui estabilidade apenas no seu valor negativo no Ocidente, que envolve e constrói uma diversidade indeterminada de práticas “nem todas econômicas, nem todas sexuais” [Olivar, 2010, pag. 13]. Sendo assim, só é possível falar antropologicamente de prostituição se for na relação com classe, gênero, geração, etnia; e relacionado com sistemas maiores de parentesco, de trabalho, de ganho econômico, de lazer, de geografia urbana, de trocas afetivas, sexuais e corporais.

Fala-se atualmente em Mercado do Sexo, uma vez que prostituição é um termo altamente plural e que não consegue dar conta da infinidade de relações que envolve a troca comercial do sexo. Esse mercado vem crescendo de forma rápida e rentável (Piscitelli, 2005) e pode se materializar em uma diversidade de trabalhos sexuais, abarcando os desempenhados em bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da internet, casas de massagens, vídeos e revistas pornô, prostituição de rua. A ideia de mercado, segundo Augustin, além de desvelar essa multiplicidade de práticas, nos ajuda a tirar da obscuridade a ideia de que, sendo um mercado, existe demanda dos diversos desejos das pessoas que procuram serviços sexuais e está em constante conexão com uma lógica global de mercado.

Nesse trabalho pretendo analisar algumas relações econômicas constituintes do trabalho sexual em uma região de prostituição na cidade de Campinas, o bairro Jardim Itatinga. Nesse artigo, irei me concentrar em uma zona de confinamento na cidade de Campinas. Trata-se de um bairro nacionalmente conhecido, chamado bairro Itatinga. Existem poucos estudos sobre esse bairro, embora ele seja considerado por urbanistas como a maior zona urbana de prostituição da América Latina [Helene, 2012]

Mazzariol (1977), no seu estudo referência sobre o tema, explica a constituição desse bairro através de um projeto de revitalização de algumas áreas da cidade, que aliado a um ideologia que entendia a prostituição como uma mal necessário, iniciou um processo violento de expulsão das prostitutas e cafetinas do centro da cidade – mais especificamente na localidade do bairro Taquaral – para um local na extrema periferia da cidade, longe do perímetro urbano e dos olhos da população. Tal processo, denominado pela mídia da época de “Limpeza Urbana” contou com o apoio da violência policial, planejamento urbano e com o consenso da opinião pública, via meios de comunicação.

Segundo esse registro, data de 1967 a primeira casa de prostituição do bairro, processo que se intensificou durante o primeiro mandato como prefeito de Orestes Quércia, em 1968. Consta nesse momento diversos processos de donas de estabelecimento que entraram na

justiça afim de denunciarem as arbitrariedades cometidas pela polícia. Juízes e promotores defenderam então, como argumento central dos processos, a tese do mal necessário, condenando então as casas de prostituição situadas em algumas localidades da região a irem para esse novo loteamento.

Atualmente, o bairro se situa na mesma localidade, bem próximo ao Aeroporto, no extremo- sudoeste da cidade. O bairro é constituído quase na sua totalidade por boates e bares de prostituição, tendo na sua periferia outros tipos de habitações. Importante notar que a única parte com asfalto e casas de alvenaria são aquelas nas áreas de prostituição. Fora desse núcleo, encontramos moradias precárias e ruas de difícil acesso, com esgoto sem encanamento. Ademais, encontramos indústrias e galpões de depósitos diversos.

Nas ruas onde se localizam as boates, encontramos uma realidade semelhante a outros bairros de classe média baixa, com casas simples, porém rebocadas e pintadas. Além disso, encontramos toda a infraestrutura básica disponível, como água e esgoto. A peculiaridade são as fachadas coloridas, com neons e placas contendo fotos e silhuetas de mulheres com roupas íntimas.

Além da divulgação visual de banners e cartazes, podemos observar as trabalhadoras em frente as casas, em alguns casos praticamente nuas⁵. O bairro é uma zona predominantemente de mulheres, com exceção de uma rua, onde há predominância da trabalho sexual realizado por travestis.

Segundo dados do Centro de Saúde do Bairro, circulam pelo local aproximadamente 2.000 mulheres, se dividindo em turnos diurnos e noturnos. É um número significativo, mesmo levando em consideração o número grande de clientes que circulam pelo bairro em todos os períodos do dia⁶. Os congestionamentos de carros é intenso a partir das 10 Hs da manhã, aumentando consideravelmente no período do almoço e após as 20:00 hs ⁷

O tipo de trabalhadoras que encontramos é um perfil jovem, entre aproximadamente 20 a 40 anos, com grande distinção de atributos físicos: negras, não negras, baixas, altas, magras, gordas, com silicone, outras tantas sem intervenções cirúrgicas. Nesse sentido, trata-se de um perfil plural. Entretanto, é possível identificar, ao longo das entrevistas uma questão em comum: a classe social. De forma geral, as mulheres entrevistadas, tem trajetórias específicas que “justificam” sua entrada naquela profissão, poucas histórias de miséria absoluta⁸ mas muitos relatos de experiências em outros trabalhos que, por serem mal remunerados ou desgastantes, lhe apresentaram a prostituição com um caminho viável para sua sobrevivência com um salário confortável e uma rotina de trabalho que permitisse maior

5 Durante todo o meu trabalho de campo jamais encontrei um homem fazendo programa. A figura do homem na zona é sempre como consumidor, clientes, observadores, donos de estabelecimentos e em alguns casos, travestis que estão em processo de se transformação corporal mas que ainda se denominam como “ele”.

6 Não existem dados sobre o número de clientes que circulam pelo bairro diariamente. Entretanto podemos imaginar um número considerável, se pensarmos que as mulheres entrevistadas realizam uma média de 4 programas diários de 30 minutos.

7 Meu trabalho de observação do campo concentra-se no período vespertino, porém, em algumas ocasiões tive a oportunidade de frequentar o bairro no período noturno, onde identifiquei alguns picos de movimento aleatório, que em uma hipótese ainda não investigada associei ao período dos programas.

8 Como referência formal, entende-se miséria como famílias que tem como renda mensal valores inferiores a meio salário mínimo. Nessa afirmação, além da questão de renda, também estou pensando alguns outros fatores que modificam a relação que se estabelece entre trabalhadora e trabalho, sendo eles: alta dependência de drogas, mulheres moradoras de rua.

liberdade para exercerem outras atividades sociais: cuidado com os filhos, com a família, o lazer, e o consumo.

Trabalho, autonomia e segregação

O tipo de relação estabelecida entre a trabalhadora e donas (os) de estabelecimentos é bastante diversificada, variando de acordo com o período de trabalho, o (a) empregador (a) e, como procurarei mostrar nesse trabalho, a inserção dessas trabalhadoras em outras esferas de sociabilidade para além da prostituição.

Assim Ana, nossa informante, de 39 anos, branca, com cabelos longos e pretos, trabalha no bairro há sete anos e explica o funcionamento do programa e da relação de trabalho na casa onde frequenta:

“Eu trabalho para ele assim, os programas que eu faço eu dou uma porcentagem para ele [o dono do estabelecimento] né, uma porcentagem não né, seria assim, dez reais o quarto. Então cada programa que eu faço fica dez reais para a casa, o resto é meu. Não é que ...se você for ver eu sou autônoma né, eu só uso a casa, ele me fornece o quarto e eu pago, nos programas, eu pago pelo quarto e o resto é meu. Mas não tem assim aquele vínculo. Se eu quiser sair dessa casa e ir naquela outra da esquina que eu achei mais legal eu posso”.

Nos explica que a média do valor do seu programa de 30 minutos é R\$ 60,00 , sendo R\$ 10,00 pagos para o dono do estabelecimento pela utilização do quarto⁹. Esse parece ser o valor padrão cobrado pela programa no período vespertino. No entanto, trata-se de uma referência, uma vez valor final do salário recebido ao final do mês envolve outros fatores, como por exemplo a época do ano, a satisfação do cliente e relações ambíguas entre clientes e prostitutas. Ana diz que, no “mês ruim”, onde ganha menos, seu faturamento é de R\$ 5.000,00. Ao me ver admirada tentando fazer as contas de quantos programas são necessários para atingir esse montante ela explica:

[o valor do programa] tem um diferencial, tem uma negociação. Normalmente a gente pede R\$ 60, 00, de meia hora com o quarto né. Se for um programa completo agente já joga de R\$ 120,00, mínimo R\$100,00. Só meia hora. Aí também tem...tem clientes também que você pede R\$ 60,00 e por conta dele mesmo ele te dá um pouco mais. Acaba gostando de você e acaba te dando R\$ 100,00. Ou até... já tem uns que choram demais, você pede R\$ 60,00 e eles querem R\$ 50,00 ou R\$ 40,00. Tem uns que querem pagar apenas R\$ 30, 00. Assim, no mínimo uns R\$ 50,00 agente consegue chegar, né. Porque agente também tem que pagar a casa né. Eu acho que é a média do bairro. E aí que está. Tem uns que pagam bem. Tem uns que gostam de ficar mais tempo no quarto e pagam uma hora, ou as vezes pagam um pouco mais também. Então para mim o cliente tem que ser assim: tem que ser legal, não pode ser ignorante, tem que tratar bem.

Trata-se de uma prestação de serviço, mas também que envolve a mistura entre padrões de afetividade e sexualidade, de lógicas de sedução e de cuidado, envolve uma

9 Se a mulher mora no estabelecimento, o valor da comissão sobe para R\$ 20,00.

infinidade de negociações, ora comerciais, ora sentimentais. Isso dá ao trabalho sexual uma característica peculiar, e que para muitos é lido como uma dominação do econômico sobre a intimidade. No entanto, o que observei nos casos analisados, é que para as mulheres profissionais, esses limites são bem claros, e embora suas atividades estejam repletas de performances de sedução, a ideia de contrato deve estar bem claro. Ao se referir aos maus clientes, Ana explica:

“tem homem que fica muito assim ,sabe...quer beijinho, aí fica....aí aquilo ali começa a ficar..sabe, aí começa a subir aquele nervos, aí começa a ..nossa! Ou também o cliente que fica insistindo em querer namorar, em querer sair, em querer conhecer melhor. Esses daí também as vezes chega num ponto que você tem que falar: “não dá, é melhor agente parar porque não está dando certo”. Entendeu?”

Explica que tem uma clientela fixa, que está com ela há sete anos, desde que começou a trabalhar no bairro Itatinga. A história de Ana é um exemplo importante para se pensar relações de trabalho onde existe um certa autonomia em relação ao trabalho e onde, a existência de uma área isolada e segura para se exercer a prática do sexo comercial, oferece condições mais atraentes do que outros tipos de ocupações possíveis para ela. Quando perguntamos se considera seu trabalho uma profissão, ela nos responde:

Ah..porque eu acho que é um trabalho. Eu ganho o meu dinheiro, vou embora de tarde. Aqui eu sou uma coisa, fora daqui eu sou outra né, tenho uma vida social particular. Fora daqui, se alguém tentar um gracinha eu digo: “opa! Peraí que eu não estou no meu trabalho”. Aqui eu tenho que trabalhar, eu tenho que agir de uma forma diferente do que quando eu estou na minha casa, de quando eu estou no mercado. Eu considero uma profissão porque eu ganho pelo que eu faço. Por isso que eu considero uma profissão.

Ana havia ficado viúva jovem, há oito anos. Sempre foi dona de casa e, depois do falecimento de seu marido, trabalhou em lojas de calçados e também como vendedora de cosméticos Avon. Entretanto, a renda não era suficiente para seu sustento e dos seus dois filhos, além de que lhe sobrava pouco tempo para cuidar das crianças. Até que uma amiga lhe convidou para conhecer o bairro, dizendo que era um trabalho tranquilo e bem remunerado, e que ela podia ter liberdade para conciliar o trabalho e filhos. Ana foi conhecer e gostou, e permanece no local há sete anos.

Perguntamos sobre a relação entre seu trabalho e seus filhos, ao que nos responde que sempre foi sincera com eles e que eles aceitam e respeitam sua atividade:

“quando contei para meu filho e minha filha, eles disseram: 'mãe, é com esse dinheiro que nos sustentou e cuidou da gente. Temos orgulho disso. Se hoje estudamos no nosso colégio, fazemos o que queremos, é porque você nos sustentou. Você é nossa mãe e te amamos da mesma forma”. [...]Para mim os mais importantes são eles, né. Os outros para mim é que se dane. Os mais importantes são eles”.

Temos sempre que levar em consideração a relação entre entrevistador e entrevistada

ao fazer uma análise do material. Sendo eu uma desconhecida para Ana¹⁰, apresentada como pesquisadora, era esperado que apresentasse um discurso sem muitas contradições ou conflitos, e repletos de positividade. Talvez se eu representasse algum programa de assistência social, a realidade pudesse trazer alguns elementos carregados de violência e necessidade.

Olivar [2008] também identifica essa tensão entre as histórias contadas por suas interlocutoras, que podiam – e eram – contadas de diversas formas sem se constituir numa contradição nem muito menos em mentiras. Isso é resultado, de acordo com esse autor, das “enorme complexidade e ambiguidade que constitui essa memória. Memória e narrativa no olho das voracidades predatórias de moralistas, feministas, higienistas ou pesquisadores” [Olivar, 2008, pag. 32].

A pesar dessa ponderação, Ana nos apresenta a evidência de alguns elementos importantes na análise de realidade do trabalho sexual e sua relação com uma perspectiva de gênero e de classe. A questão da renda é um fator fundamental, pois para além de ser uma atividade que garanta a sobrevivência material dessas mulheres e de suas famílias, a ocupação de trabalhadora sexual, na realidade estudada, é uma das poucas possibilidades reais de ascensão sócio-econômica para essas mulheres, ao lado do casamento. Esse fator deve estar em constante comparação com as possibilidades oferecidas pelos nichos de mercado femininos de baixa qualificação.

A pesar disso, é comum o discurso da necessidade de sair da prostituição. Isso nos faz pensar que a questão econômica não é a única esfera de análise necessária para se entender o universo da prostituição, deve estar em constante diálogo a percepção de estigma ao qual a mulher prostituta está submetida e também a localidade na qual ela está submetida.

Segundo Blanchette, sendo a prostituição no Brasil um trabalho legalmente reconhecido e sendo ilegal o lucrar com o trabalho sexual de outrem, ela se encontra em uma situação ambígua. Embora idealmente no discurso ela seja colocada como um agente “independente”, nas palavras de Blanchette, uma “burguesa do sexo”, a realidade é que ela precisa de uma série de insumos e meios de produção que geralmente não são controlados pelas mulheres prostitutas e precisam ser comprados ou alugados nos meios ilegais. É nessa transição entre a legalidade e a ilegalidade que se ocasiona grande parte do que o autor entende como exploração do trabalho da prostituta.

Assim, alguns fatores são importantes para se acontecer o trabalho sexual. Além dos inúmeros investimentos em peças íntimas, estética corporal, e performatividade de gênero, é imprescindível a existência de um local apropriado para esse trabalho, um local onde o cliente sabe que vai encontrar sexo a venda e que vai se sentir a vontade. Os territórios da prostituição muitas vezes se configuram como *regiões morais*, descritas nas formulações de Perlongher, como territórios que carregam compartilhamentos de moralidades específicas, transitórias, e com lógica de funcionamento próprio.

Em outras palavras, a lógica de mercado confere a esse trabalho a necessidade de ser um local atraente para os clientes homens, e com isso confere uma estética e performances voltados para o desejo masculino. Além disso, a lógica da ilegalidade impele essas atividades para junto com outras atividades ilegais, como o tráfico de drogas e o

10 No intuito de conversar com mulheres de outros círculos que não o da Associação Mulheres Guerreiras, percorri o bairro e conheci Ana. A entrevista foi feita no momento da nossa apresentação, sem qualquer relação de confiança prévia.

contrabando.

Assim, o Jardim Itatinga pode ser considerado um claro exemplo de Região Moral, possuindo códigos de sociabilidades distintos, regras sociais diversas do universo de trabalho convencional¹¹ e uma forte presença do imperativo do desejo masculino. Ou seja, nesse contexto, o trabalho sexual está fortemente imbricado com a estrutura de mercado, a lógica hétero-normativa e com a criminalidade.

Entretanto, ainda sim é possível perceber distinções dentro das diversas formas de trabalho sexual no interior desse bairro, que confere maior ou menor autonomia das mulheres sobre o seu trabalho. Talvez uma distinção central a se fazer dentre as modalidades de trabalho realizada no Itatinga é a diferenciação entre o turno diurno e o vespertino; e a mistura entre laços de afinidade e trabalho na relação empregador (a) trabalhadora.

Começaremos por esse primeiro ponto. Ana nos apresenta sua percepção sobre o trabalho noturno:

“Então, eu nunca cheguei a ficar a noite toda. Já fiquei até umas 23 Hs da noite. Mas eu senti bastante diferença entre o dia, né. Porque de noite você tem que beber, você tem que dançar, dar mais atenção. E mais moleque também. E muito mais bagunça, muito mais zoeira. [...] Mas acredito que elas ganhem o mesmo tanto que a gente de dia, porque as meninas da noite ganham comissão em dose também, né. Então elas bebem e elas ganham comissão em dose. Então as vezes elas não fazem programam mas ganham na dose. Não ganham de um jeito mas estão ganhando de outro. ue nem uma dose de Wisky, que é R\$ 20,00, R\$ 5,00 é da garota. Que nem uma dose de energético, o Wisky é vinte e o energético é vinte. Com uma dose de wisky com energético a garota vai ganhar dez reais. Mas não é só no copo dela. Se entrou cinco homens, e com ela seis, e todos os cinco pediu doses, é ela que ganha, se ela estiver sozinha na mesa com os clientes. Se ela estiver com mais duas/três é dividido, entendeu. Então tem muitas que só com comissão de bebida consegue tirar R\$ 10,00. [...] Agora a gente do dia, como os clientes estão trabalhando, estão dirigindo, então eles não são muito de beber. É mais o programa mesmo. No máximo uma cervejinha, leva para o quarto. As vezes até bebem aqui uma meia horinha [no bar da casa] e depois vai para o quarto e tal, mas a maioria de dia não dá muita bebida não. Mas de noite...bastante bebida.”...Agora de dia mesmo é mais 30 anos para cima, que é homem casado, homem que não pode sair de noite, que é casado, que tem família. E este só pode vir mesmo, dar uma fugidinha e tchau [risos]

O relato apresentado por Ana é coincidente com a realidade observada no trabalho etnográfico realizados nesses dois períodos. Durante o dia é comum ver as mulheres na frente das casas, na companhia de outras mulheres ou sozinhas. Dificilmente as encontraremos “dando atenção” para um potencial cliente. As negociações são rápidas, assim como os programas. A música é menos intensa, e os shows de poli dance na varanda da casa são menos frequentes.

11 Quatro informantes fizeram menção sobre a importância do PCC – Primeiro Comando a Capital no controle desse bairro. O PCC é uma organização criminosa paulistana, criada com o objetivo manifesto de defender os direitos de pessoas encarceradas no país e que controla várias atividades ilegais no país. Eles possuem um código rígido de conduta moral, ao qual os territórios sob sua tutela deve respeito. Sobre o PCC, ler Feltran, 2008 b.

No período noturno as casas se assemelham mais com casas de show, contendo som alto e mulheres fazendo performances nas calçadas e portões. É comum ver os bares das casas e dos hotéis cheios de clientes desfrutando do bar.

Nesse sentido, o período noturno parece se associado com a noção de lugares de diversão masculina, que deve combinar um clima descontraído, regado a bebida, sexo e, em muitos casos, drogas. Nesse sentido, com os programas sendo menos incertos e as estratégias para a negociação mais trabalhosa, há o investimento no consumo de álcool e de outras substâncias que agravam consideravelmente o quadro de insalubridade no trabalho.

Muitas das mulheres que trabalham no período noturno moram no bairro, se não integralmente, pelo menos grande parte da semana. Acredito que esse é um fator importante para o agravamento do quadro de violência ao qual algumas trabalhadoras estão submetidas. Tal situação gera ambiguidades na relação empregador (a) e empregada criando uma falsa ideia de proteção, que travestidos de relações de familiaridade, muitas vezes escondem uma relação de exploração do trabalho.

Além disso, o depoimento de Ana nos mostra a importância que a circulação por outros espaços sociais -como a família, vizinhança, atividades do cotidiano- fora das normas sociais da zona de confinamento é fundamental para quebrar com a totalização da prostituição enquanto identidade social (Gaspar, 1985), fortalecendo a articulação com outras esferas da vida dessas mulheres e aumentando sua autonomia de negociações no interior do trabalho sexual.

O depoimento de Carla nos ajuda a aprofundar melhor essa ideia. A trajetória de Carla é peculiar em relação a de Ana. Carla veio do Maranhão com 16 anos para trabalhar no bairro Itatinga. Fixou residência ali até os 23 anos, quando conseguiu comprar seu barraco, “com muito orgulho”. Desde de então, reside fora do bairro mas trabalha ali e em outras boates, há 20 anos, tendo se aposentado da profissão nesse ano por conta do ciúmes da companheira.. Com seus 37 anos, Carla é uma mulata requisitada pela clientela, que segundo seu depoimento, oferecem até R\$ 300,00 reais para fazer um programa, que ela recusa, em consideração ao seu relacionamento¹².

Carla sempre trabalhou na zona, tanto fazendo programas quanto em projetos do governo como Multiplicadora de Saúde. Possui uma trajetória permeada pelo ativismo político dentro da Pastoral da Mulher, do feminismo, e, mais recentemente, no movimento de profissionais do sexo.

Atualmente, reconhecendo a prostituição como sua profissão, ela agora aposta em outra ocupação dentro desse universo, como dona de casa de prostituição no Itatinga. Seu depoimento é significativo para entendermos a lógica que impera nessa zona de prostituição e como ela está ancorada em uma diretriz que não permite que se confunda a regras do trabalho, e as especificidades daquele território. Ao ser questionada sobre relatos de relações violentas entre empregadores e trabalhadoras existentes ali no bairro, ela nos responde;

“No que eu entendo, porque que as donas de casa prendem, seguram ...é por conta das próprias meninas, porque por exemplo, que nem aqui em casas, que você

12 Carla não me falou o valor do seu rendimento, mas segundo ela, recebia um “salário” bem gordo como prostituta, sendo R\$ 6.000,00 seu pior salário. Conta também que, quando trabalhou em algumas boates “xiques” da cidade, ganhava com frequência R\$ 2.000,00 reais em uma noite. Ela não se considera padrão de beleza das prostitutas de luxo, entretanto, segundo ela, “a maquiagem dá um jeito em tudo”.

viu, a garota fez o programa e não pagou o quarto, e disse que depois vai pagar por dois programas. Ela fez isso porque trocou o programa por roupa. As meninas tem esse habito de dever na casa. Elas preferem receber no quarto o dinheiro delas e depois pedem dinheiro emprestado para o gerente. Então quando elas querem sair da casa, o dono não deixa: ou você me paga ou o coro come. Só que essa garotas gostam dessas casas, é ali que é o axé delas, é ali que elas ganham dinheiro, porque a dona de casa obriga elas a ganharem dinheiro. A minha relação com donos de casa nunca foi de nenhum conflito. Eu chego eu pago meu quarto bonitinho, não pego nada da casa, não bebo na casa, entendeu, não compra nada no portão, não compro nada de mascate na zona. Eu sempre tive isso comigo.”

No episódio acima, Carla se referia a casa situada um pouco mais abaixo da sua, onde há relatos de que as trabalhadoras, nesse caso travestis, apanham da gerente da casa por descumprirem horários, ou por utilizarem drogas no interior do estabelecimento. Paradoxalmente, todas as travestis que trabalham e moram nessa casa chamam a gerente de avó, e estabelecem com ela uma relação ambígua entre trabalho e família, que esconde, na minha opinião, uma grande relação de exploração. Jéssica, uma travesti residente nessa casa, foi “adotada” pela gerente há seis anos, quando morava em um internato e sofria agressões e abusos sexuais dos colegas. A “avó” a adotou, e com 16 anos começou a residir e a trabalhar naquela casa. Nesse sentido, se mistura uma relação de cuidado e de empregador, que dificulta a autonomia de decisão dessas profissionais sobre o seu trabalho. Carla nos fala do funcionamento dessa casa e sua opinião como prostituta, e agora, também como dona de estabelecimento:

.As meninas aqui, as travestis, elas tem que entrar meia noite para dentro de casa, elas não entram. Elas pulam o muro e ficam aqui no portão. Porque elas querem ganhar dinheiro. A Sandra [dona da casa] as levanta oito horas da manhã. Aí depois da meia noite elas podem ir dormir. Então a Sandra fecha o portão e não deixa elas saírem mais, né. E elas moram lá. Mas elas ficam aqui...Eu já fiquei aqui até as sete horas da manhã com essas travestis trabalhando, entendeu. Porque eu sempre dei conselhos para ela: “Se está ganhando fia, não para, porque amanhã você pode não ganhar. Na zona é isso. Você tem que ficar esperta. Vai fazer arrastão. Mesmo que cobre mesmo”.

Assim, com o argumento de preservar suas meninas da noite e das drogas, Sandra estabelece uma relação bastante rígida de imposição da jornada de trabalho, com uso corrente da violência física, realidade vivida por outras mulheres da localidade que se endividam com os donos de casa ou com traficantes.

Por isso, o bairro Itatinga, segundo Carla, Ana e outras informantes, representa uma ótima oportunidade de trabalho, desde que as trabalhadoras saibam o limite das relações que podem ser estabelecidas, não se esquecendo que sendo um território situado no limite do Estado, é organizado por uma lógica que não permite descuidos.

Grande parte dos perigos associados ao bairro tem a ver com o endividamento com os donos de estabelecimento, promovidos pelo não pagamento das comissões do quarto, pelo consumo de bebida fiado, ou mesmo por comprar roupas e acessórios de beleza vendidos no estabelecimento por um preço muito maior que o da loja. Além disso, existe também o perigo do endividamento com drogas, que nesse caso não envolve o empregador. Para as

profissionais que se consideram bem sucedidas, como Ana e Carla, a relação com drogas é sempre enfatizada como uma relação de distanciamento, tanto do álcool quanto de outros tipos de entorpecentes:

“Eu sempre economizei. Eu não sabia porque estava guardando dinheiro, mas mesmo assim eu guardava. E quando eu gastava, eu gastava em outro lugar, como comida, sapatos, lazer. Mas tudo lá fora. E por isso a minha relação sempre foi tranquila. [...] Nunca bebi. Embora precisava fazer o cliente beber, eu tinha meus truques, pedia menta e colocava gelo para encher o copo. ...[Aqui em casa] eu falo para elas: depois que acertar com vocês, vocês podem até rasgar o dinheiro de vocês, agora não me peçam dinheiro para comprar droga, não me peçam dinheiro para comprar um lanche, que é de vocês, porque eu não vou adiantar. Porque depois eu vou falar que você tirou os dez reais, e você vai dizer que não tirou, porque você bebeu, não está sóbria.

E agora, como empregadora, vai delimitando o que ela entende como uma boa relação entre prostituta e dona de casa:

E é isso que eu quero fazer com as minhas meninas. Tanto é que eu não tenho meninas aqui em casa. Eu tenho três meninas de ponto. Três de vinhedo, mas morar mesmo eu não tenho nenhuma. Elas vem na sexta e ficam até domingo. E além de tudo, nas casas aí é café e pão, mau tem manteiga. Eu costumo trazer da minha casa, trago café, bolo, pão de queijo e pão francês. Eu procuro dar um bom café da manhã e almoço. Eu nunca tive café da manhã nas casas, eu tinha o almoço. Café da manhã, se eu quisesse, eu ia tomar lá no posto. E eu não achava ruim. Eu procuro priorizar isso. Se tomou o café da manhã das oito até as dez horas, meio dia você não vai estar com fome. Então combina o horário do almoço, das duas as três, aí tem uma hora de folga. É a regra que tem na minha casa. Ai volta a trabalhar. Quem trabalha de dia, trabalha das dez até as seis. Quem trabalha de noite, como as meninas trabalham de noite mesmo, trabalham das seis até a uma ou duas horas da manhã. Mas é como eu falo com elas: “Quando vocês está ganhando, não entra para dormir. Porque hoje você está ganhando, mas amanhã você não está. E amanhã você pode dormir até meio dia, não tem problema”. Se ela ganha, a gente também ganha”

Esse tipo de concepção do trabalho está em grande medida baseada no fato de que, não tendo a mulher para onde voltar, ela deve aproveitar ao máximo esse momento para fazer dinheiro, chegando a situações onde Carla relata que suas meninas “boas” viram a noite fazendo programas.

Acredito que essa relação entre trabalho, drogas e um maior controle sobre o trabalho sexual por parte dos donos de estabelecimento tem a ver com o distanciamento dessa atividade do molde do trabalho tradicional e seu atrelamento com a ideia de zonas de confinamento. A relação estabelecida entre patrões e trabalhadoras vai se tornando ambígua a medida que há uma interação entre a vida domiciliar e a profissional, entre as esferas da intimidade e do profissional no ambiente de trabalho.

Agrava-se a isso a marginalização da atividade, que embora em certa medida ofereça certa proteção contra a discriminação e a violência do cliente, as coloca em diálogo com

outras atividades criminalizadas na nossa sociedade, como o tráfico, e o crime organizado.

Conclusões preliminares.

Pretendi mostrar nesse trabalho, alguns levantamentos preliminares do trabalho de campo. Trata-se antes de apontamentos para aprofundarmos a reflexão sobre o o trabalho sexual e a realidade das mulheres que os realizam do que defender posicionamentos rígidos sobre a questão.

Procurei mostrar, através de algumas narrativas de mulheres trabalhadoras do bairro Itatinga como o entendimento da prostituição enquanto um trabalho é uma ferramenta importante na luta pelos direitos das mulheres, na criação de estratégias de autonomia para as mulheres que trabalham nesse bairro. No entanto, buscarei complexificar as relações existentes dentro das diversas modalidades de trabalho, entendendo que apenas a concepção trabalhista da prostituição não apaga as relações de violência e exploração que podem envolver essa ocupação.

Gostaria de finalizar esse artigo com um depoimento importante de uma grande liderança do bairro, atual presidente da Associação Mulheres Guerreira de Campinas, durante um evento realizado em homenagem ao dia internacional da Prostituta¹³. Ao ser questionada se ela alguma vez havia chorado após realizado seu serviço, ela responde:

“ Minha amiga, você me pergunta se alguma vez eu chorei fazendo o meu trabalho. E eu te digo: não, eu nunca chorei. Eu chorei quando me colocaram a margem da sociedade [...] Eu chorei quando eu fiquei treze anos dedicando meu trabalho a uma ONG que na primeira oportunidade, quando eu arrumei um marido, falou: 'eu vou cortar a cesta básica porque você arrumou um homem para te sustentar'. Eu chorei quando eu passei oito anos da minha vida me dedicando a gerenciar dezesseis postos de gasolina, aqui em Campinas, da Shell. Fui selecionada como melhor secretária por telefone, e quando eu cheguei no *Nacional Inn* para receber minha medália, que era um concha da Shell de ouro, perguntaram quem era que ia receber o premio, porque eu sou negra. A partir daquele momento eu comecei a chorar. No dia em que eu fui mandada embora desse posto de gasolina [...] quando me falaram assim: 'você é puta, e hoje vocês não está mais empregada, porque puta não merece trabalho', eu chorei. [...] Por isso eu chorei. Por ser Puta, jamais. Eu carrego três piores Ps da nossa sociedade, eu sou Puta, eu sou Pobre e eu sou Preta”.

13 “Profissionais do Sexo: Unidas pelo Respeito”. Realização: Associação de Profissionais do Sexo Mulheres Guerreiras e Coletivo Marcha da Vadias Campinas. 29 de junho de 2012. In: <http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/video/2N8K3D1M8381/>

BIBLIOGRAFIA

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro. Campinas – SP: UNICAMP, 2000

ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989

FELTRAN, G. S; *O Legítimo em Disputa: as Fronteiras do “Mundo do Crime” nas periferias de São Paulo*: São Paulo: Revista Dilemas.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1985

KEMPADOO, Kamala e DOEZEMA, Jo; *Global Sex Worker: Rights, Resistance, and Redefinition*, Routledge, New York, 1988.

KEMPADOO, Kamala e DOEZEMA, Jo; *Global Sex Worker: Rights, Resistance, and Redefinition*, Routledge, New York, 1988.

MAZZARIOL, Regina Maria. *Mal necessário: Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977.

OLIVAR, José Miguel. *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição de rua a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2010.

PEREIRA, Christiana Schettini; *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006

PISCITELLI, Adriana; “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *Cadernos Pagu*, 2005 (25), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

_____ ; “Prostituição e Trabalho”. In: Maria Ednalva Bezera de Lima; Ana Alice Alcantara Costa; Albertina Costa; Maria Betania Ávila; Vera Lúcia Soares. (Org.).

Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade. Salvador: UFBA/FFCH/CUT, 2007, v. 1, p. 183-195.

PROFISSIONAIS DO SEXO. Documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e AIDS. Ministério da Saúde. Brasília. 2002.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985

RUBIN, Gayle; “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality” [1982] 1992, in: ABELOVE, Barale & ALPERIN: *The lesbian an gay studies reader*, Routledge.